

A VIOLÊNCIA “HARD” E A VIOLÊNCIA “SOFT”*. Exercício para uma teoria crítica das violências

por

Cândido da Agra**

Habitado ao trabalho interdisciplinar, que sempre obriga a observar um objecto de diferentes pontos de vista¹ direi que um dispositivo de investigação interdisciplinar sobre a violência não dispensa três grandes pontos de vista (ou três pontos de observação): epistemológico, hermenêutico e empírico. É deles que me vou ocupar neste pequeno e limitado ensaio crítico.

1. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA EPISTEMOLÓGICO

A análise epistemológica do discurso sobre a violência obriga-nos a colocar a questão do seu estatuto científico. Dito de um modo mais actual, a este nível, coloca-se a questão das condições de construção de um saber científico sobre a violência. A resposta a tal questão passa fundamentalmente: pela problematização do campo de objectos e de enunciados que a noção de violência recobre; pela reconstrução lógica dos sistemas que a enunciam; pelos paradigmas que tendem a explicá-la.

A violência é da ordem dos **factos**, da ordem dos **valores** ou de ambos? É o objecto de estudo “violência” susceptível de redução a uma ontologia ou a uma

* Conferência proferida no Supremo Tribunal de Justiça (1997).

** Professor Catedrático da Universidade do Porto. Director da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito. Director do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia.

¹ Tomo a noção de ponto de vista no sentido preceptivo do “miradoiro”, do ponto físico donde se observa um dado objecto ou conjunto de objectos.

axiologia? Reduzida a factos exigiria a abstracção do conjunto de processos que socialmente a constroem. Equivaleria a encontrar, no mundo empírico, esse resíduo que resiste à encenação quotidiana de um certo número de acontecimentos que, actualmente, tanto alimentam as estratégias do poder mediático e político, bem como a sensibilidade da opinião pública, profundamente colonizada por tais estratégias. Reduzi-la à esfera dos valores exigiria o abandono de uma ontologia mínima, condição definitiva para a produção de conhecimento científico.

Não sendo, por um lado, um fenómeno naturalmente dado como os fenómenos da natureza, mas socialmente construído a ponto de se tornar impossível a sua depuração até ao facto na sua crueza e nudeza; não sendo, por outro lado, uma mera produção mitico-ideológica, diremos que o objecto “violência” implica, ao mesmo tempo, a esfera científica para a análise da face ontológica e empírica da violência e a esfera ética para a análise da sua face axiológica.

Assim, a reconstrução lógica passa pela articulação de dois sistemas enunciativos: aquele que procura extrair o sentido da violência, isto é, **interpretá-la**; aquele que no estrito plano empírico procura **explicá-la**. Ora, é através dessa articulação que fugimos à tradicional repartição das ciências nomotéticas e das ciências morais. O saber que a violência reclama inscreve-se num paradigma de produção de conhecimento que é tão crítico em relação ao moralismo quanto ao cientismo: um paradigma que habite o campo situado entre a esfera científica e a esfera ética. Dito melhor, a violência, tal como o crime, a droga e outros objectos de problematização social são **objectos-atractores** que obrigam à comunicação entre a ciência e a ética, entre uma hermenêutica da nossa existência e o estabelecimento de factos empíricos.

2. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA HERMENÊUTICO

O ponto de vista hermenêutico procura a interpretação, compreende, extrai sentidos e intencionalidades. Várias questões se colocam neste ponto de vista.

Qual o sentido da recente emergência do discurso sobre a violência? Que instâncias a delimitam (e.g.: mediática, política), com que esquemas de leitura? (e.g. a violência física, a violência psicológica, a violência social); em que áreas sociais de emergência? (e.g. a violência doméstica, a violência urbana; o abuso de crianças, violência sobre mulheres...). Durante um tempo negámo-la. Não a víamos nem a dizíamos. Agora dizemo-la e identificamo-la. Qual o sentido desta mudança? Porque não existia e agora existe, porque já ocorrendo agora aumentou, ou simplesmente porque nos tornamos sensíveis a ela e, eventualmente, a exploramos movidos pelos mais diferentes interesses? Que queremos nós, “post-modernos”,

fazer da violência? Conhecermo-nos conhecendo-a, interrogarmo-nos sobre o que nos acontece, tomando-a como sinal, ou irradiá-la da sociedade e da nossa condição como se ela nos fosse estranha?

Duas teses poderão esclarecer-nos sobre estas questões: uma de carácter universalista, outra de carácter relativista e historicista.

A primeira tese, sustenta a teoria, que se pretende científica, da violência universal fundamental. É a tese de R. Girard (1972), desenvolvida na obra "A violência e o sagrado". Através da investigação sistemática dos grandes mitos fundadores o autor conclui que as sociedades humanas se fundam na violência e nos processos da vítima expiatória. A modernidade tentou excluí-la; no entanto, ela infiltrou-se sub-repticiamente no seu seio. A tal ponto que o próprio saber da violência representaria, ainda, uma forma de a recalcar. Existiria, pois, uma violência invisível e inacessível, mas também inelutável porque fundadora da condição socio-antropológica.

A segunda, defendida por Chesnais (1981), sustenta que o alargamento da definição de violência, do nível físico ao nível moral e simbólico, é uma indevida extrapolação própria dos intelectuais ocidentais. Atendo-nos à violência física (privada e colectiva) verifica-se, ao longo dos últimos séculos, uma importante regressão da violência (de duas a cinco vezes num século, segundo os países). Assim, contrariamente à actual visão catastrofista da violência, o ocidente moderno seria privilegiado em relação aos seus antepassados no que respeita à violência. A violência é, hoje, mais instrumental e tecnológica (o homem é vítima dos instrumentos que criou) do que criminal. Soterrados por regras e convenções que se destinam a proteger-nos fisicamente emerge, ao mesmo tempo, em nós, um sentimento de violência simbólica. Isto é, uma maior segurança objectiva é paga com uma maior insegurança subjectiva. O medo da violência cristaliza, no fundo, a angústia perante a morte, designadamente a morte violenta.

3. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA EMPÍRICO

Como noutros objectos de conhecimento empírico (e.g. a doença mental), também na violência os grandes quadros de referência que determinam as metodologias e os esquemas explicativos deslocaram-se, do princípio do século até aos nossos dias, do paradigma biológico ao paradigma sistémico-informacional (cognitivo) comunicacional (C. Agra 1983, 1986). Tal deslocamento significa **dominância** de um paradigma sobre outro mas não exclusividade. Quer dizer, no período em que dominam as explicações biológicas co-existem modos de explicação psicológicos e sociológicos.

Assim, indo direitos ao nosso objecto, a violência, podemos caracterizar as transformações da investigação empírica sobre este tópico utilizando o enunciado

de L.D. Eron (1994) “From drives to cognitions”. Efectivamente, até final dos anos 30, dominou a crença segundo a qual a violência e a agressividade são de natureza instintiva, biologicamente enraizada na natureza dos seres vivos. Tese de inspiração psicanalítica que os psicólogos da Universidade de Yale, Dollard, Doodi, Miller, Mowrer e Sears procuraram conciliar com o behaviorismo (ou as leis do comportamento condicionado) na teoria da “frustração-agressão”. Esta teoria procura testar a hipótese freudiana, a nível empírico. Estamos em 1939, data em que aqueles autores publicaram a sua monografia. Segundo esta teoria, a frustração gera agressão e conseqüente comportamento destrutivo, definido como “injury to an organism”. O esquema explicativo causalista é evidente neste paradigma. Como o é em todos aqueles modelos de natureza biológica: genética, endócrina, neuronal e psicofisiológica. A evolução do behaviorismo obrigou a explicações mais dominadas pelo conceito de aprendizagem e, posteriormente, de aprendizagem social, como é suposto na teoria de Bandura. O comportamento destrutivo seria aprendido, socialmente modelado. No entanto, já pelos estudos empíricos longitudinais, entre outros os de L.D. Eron e colaboradores, já pela própria evolução epistémica do behaviorismo para o cognitivismo, (introdução dos modelos de processamento da informação na explicação do comportamento) emerge, nos anos 80, um modelo cognitivista que pretende dar conta de factos não assimilados, quer pela teoria da frustração-agressão, quer pela teoria de aprendizagem social. A evidência empírica, estabelecida por vários desenhos experimentais, demonstra que os modelos de processamento da informação influenciam o comportamento violento. Dissemos influenciam e não determinam. É que, como bem demonstram os estudos de L. Berkowitz (teoria cognitiva – neoassociacionista) (1994) a modelagem influencia mais ou menos consoante o “feeling” que os indivíduos têm das suas acções, fazendo intervir mecanismos de auto-regulação das emoções com tradução no comportamento.

Surge evidente, nestes **modelos informacionais** (assim designo as teorias que fazem intervir os processos cognitivos), a descontinuidade que operam em relação aos modelos determinísticos de raiz biológica ou bio-comportamental. Esta descontinuidade epistemológica é solidificada e aprofundada por quadros conceptuais centrados nos conceitos de **sistema** e de **comunicação**. Neles integro uma diversidade de modelos teórico-empíricos que, através de diferentes métodos, explicam o comportamento violento através do sistema composto por variáveis individuais e socio-ambientais.

Darei três exemplos destes modelos.

- (i) Os estudos longitudinais de Farrington (1994) e o de McCord (1994). O primeiro evidenciou que o comportamento violento (como o holiganismo,

os maus tratos a esposas e o crime violento) está relacionado com as interacções, estrutura e funcionamento do sistema familiar durante a infância; o segundo estudo longitudinal reforça as conclusões do primeiro, desmonstrando que a desarmonia parental constitui um preditor de futuro comportamento violento da criança. Preditor tanto maior quanto essa desarmonia está associada a comportamentos desviantes, quer dos pais quer da própria criança ou adolescente.

- (ii) Os estudos efectuados por R. Huesmann (1994) sobre os efeitos, a longo termo, da exposição repetida à violência mediática durante a infância. Os resultados apontam para uma correlação entre a violência filmada e o comportamento violento. Tal correlação é, no entanto, mediada: pelo desenvolvimento dos programas de comportamento aprendido ("scripts"); pelo reforço ou não do comportamento violento; por outras variáveis (familiares, educacionais e ambientais).
- (iii) É, ainda, o sistema explicativo indivíduo-meio que, em termos genéricos, dirige as investigações de A.P. Goldstein (1996) sobre o vandalismo e sobre os "gangs". Apoiando-se nas clássicas teorias criminológicas do "labelling", do controle, das sub-culturas e do vínculo social, elabora um modelo compreensivo que pode contribuir para a redução da violência dos "gangs" delinquentes.

A hipótese que prevê um importante peso dos contextos na explicação da variância do comportamento violento é agora indiscutível, porque dominante se tornou o paradigma sistémico. No entanto, já K. Lewin, nos anos 30, em pleno domínio do paradigma bio-comportamental, mostrou, através da célebre experiência dos "três climas", como o contexto influi no comportamento. Em três grupos foram criados, experimentalmente, três "climas": o grupo no qual foi criado um clima autoritário desenvolveu comportamentos violentos e não cumpriu a tarefa que lhe foi destinada; o mesmo aconteceu no grupo no qual foi criado um clima (oposto), de "laissez faire"; apenas o grupo no qual foi criado um clima de participação activa, mas com liderança e regras (grupo democrático), não existiu violência e a tarefa confiada levada a bom termo. Dito de modo mais simples, com os riscos de toda a generalização: quer o autoritarismo quer o anarquismo conduzem à violência e à improdutividade.

Em resumo, a investigação empírica sobre a violência passou, ao longo deste século, da explicação simplista (teoria dos instintos) para explicações psico-sociais complexas que implicam o indivíduo e os seus contextos. As explicações unifac-

toriais são raras, hoje. A comunidade científica deste domínio não se contenta com puras explicações biológicas, psicológicas ou sociológicas².

4. A VIOLÊNCIA “HARD” E A VIOLÊNCIA “SOFT”: NA FENOMENOLOGIA, O HERMENÊUTICO E O EMPÍRICO.

O ponto de vista epistemológico obriga-nos à conciliação entre interpretação (ponto de vista hermenêutico) e explicação (ponto de vista empírico), no trabalho de produção de conhecimento crítico sobre a violência. Ora, se explicar ou interpretar já de si não são operações cognitivas simples, mais complexo se torna o processo de conhecimento que procura articulá-los. Façamos, mesmo assim, este exercício provisório de ascensão abstrativa do pensamento. Façamo-lo em três momentos: o fenomenológico, depois o explicativo, para culminarmos no momento de síntese, um modelo integrativo.

4.1. Entre o universalismo e o relativismo: a fenomenologia da violência

A evidenciação hermenêutica e a evidenciação empírica não se casam espontaneamente. Precisamos de prepará-las para uma aliança que possa ser fecunda. Do lado da hermenêutica, teremos de ultrapassar as teses universalista e relativista da violência. Como? Enxertando a hermenêutica na fenomenologia (à maneira de P. Ricoeur, 1969), direi que é ao ser e à existência que temos de pedir contas da violência.

Suspendamos, então, “a violência” como objecto ou coisa do mundo a reclamar saberes e poderes, para a situarmos no puro campo das significações. Tomêmo-la, na sua visibilidade discursiva, como sinal, símbolo. Continuemos o

² Os termos “biopsicossocial” ou “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” – disciplinaridade, raros ainda nos anos 80, tornam-se hoje banais. Talvez moda, entre nós. É bom evitar explicações reducionistas. Mas sejamos sérios: não falemos de complexidade de maneira simplista. Porque há pelo menos dois tipos de “biopsicossociologia” e de “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” disciplinaridade: uma por simples justaposição, outra por diferenciação seguida de integração complexa (algures chamei ao primeiro, modelo rapsódico; ao segundo, modelo sinfónico). Quando falarmos, pois, da “biopsicossociologia”, ou de “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” seria sábio perguntarmo-nos: qual? a rapsódica ou a sinfónica?

Mais vale o solo de um bom saxofonista do que uma charanga desafinada composta por maus músicos e mau maestro. É melhor um bom reducionismo biológico, psicológico ou sociológico do que uma má biopsicossociologia. Faz melhor trabalho um bom médico só, um bom psicólogo só, ou um bom sociólogo só, do que uma “equipe biopsicossocial” ou “interdisciplinar” em que os três elementos que a compõem são medíocres profissionais ou medíocres são as suas interações.

exercício hermenêutico-fenomenológico perguntando-nos: a violência que nomeamos, através dos múltiplos sinais que servem a nossa fala do mundo, é significativa de que significado? Que nos diz ela, a nós existentes, que a transformamos agora em **linguagem**? Que nos diz ela, agora que nos dispusemos na abertura ao Ser? No Ser vem ela interpelar as nossas maneiras de ser. Como? Pois bem, o ocidente moderno constituiu, sob os ideais do progresso, do desenvolvimento, da técnica e do bem-estar, formas de existência nas quais o existente, e as relações entre existentes, se afastam da morada do ser, o **pensar**. Os modos de viver modernos configuram-se no aparecer, nos espectáculos de si do sujeito, numa individualidade que abandonou a casa da sua ontologia fundadora. Esta é a **violência estrutural**, fundadora das sociedades modernas. Nós, existentes nas formas de vida talhadas pela modernidade, somos vítimas do profundo golpe que nos afastou da “clareira do ser” (segundo a expressão de Heidegger). Habitamos, agora, outra clareira, a do **simulacro**: o simulacro do bem (a ideologia do bem-estar), o simulacro da verdade (a ciência e a filosofia), o simulacro da justiça (o direito), o simulacro do belo (a arte), o simulacro da práxis (a técnica), o simulacro da libertação (“as liberdades”), o simulacro da subjectividade (o indivíduo). Eis a violência que nos transformou, de existentes colocados no ser, em átomos (indivíduos) dispersos no vazio, sujeitos às forças dos múltiplos campos gravitacionais definitórios das nossas trajectórias existenciais.

A “vis” (força) perturbadora, através das suas múltiplas formas, interpõe, entre o existente e o mundo, espessas muralhas de simulacros de existência. Assim, de ser vivo que tem um mundo, que se inventa na existência inventando mundos, o existente contemporâneo sofre a violência dos mundos construídos pelas agências públicas e privadas de produção, distribuição e comércio de simulacros de vida boa. A “**governamentalidade**” da vida (conceito forjado por M. Foucault) não é exercida, agora, por nenhum poder visível, identificável em figuras com rosto, mas por poderes difusos, profusos e anónimos funcionando em sistemas de redes. E nessas redes se vai enredando a experiência da existência.

Que nos define como humanos? A relação ao mundo. A ontologia fundadora da humanidade do homem não reside na pura individualidade que povoa o palco do mundo, como os outros seres. O que define a minha humanidade de homem é a experiência da relação eu-mundo. Ora, tal relação é cada vez mais difícil de se constituir, por força das objectivações que impedem e violentam o **jogo auto-poiético** donde emerge a invenção de planos de significação da minha existência. Contentamo-nos com uma existência mecânica e que a todo o custo tentamos prolongar através da “ruse” da técnica. Deixámos de nos **espantar com o facto de existirmos** (como diria Maine de Biran) e de lhe darmos um destino individual e colectivo. O terror que nos causa a ideia da morte, da finitude e da vida espon-tânea levam-nos a inventar e a aceitar acriticamente uma infinidade de normas, de

saberes e poderes especializados que violentam e violam o elo fundamental que nos institui como humanos, acreditando, paradoxalmente, que nessa violência reside o nosso bem-estar. M. Henry fala numa nova “barbárie” que penetra a nossa sociedade e precipita a sua ruína. Este novo tipo de barbárie consiste no divórcio entre a cultura e a técnica: “objectividade monstruosa cujos processos se auto-engendram e funcionam por eles próprios... a vida enfim está condenada a refugiar a sua angústia no universo mediático” (M. Henry, 1987). Um pouco no mesmo sentido, constata Chesnais, através dos seus estudos sobre a história da violência, que a violência voluntária das sociedades rurais e patriarcais deu lugar, nas sociedades industriais, a uma violência involuntária; a violência crua, arcaica, transformou-se em **violência instrumental e tecnológica** (o homem seria vítima do que ele próprio criou). Eis, pois, um outro tipo de violência que não se identifica com a **violência criminal**.

Concluamos este ponto. O ponto de vista hermenêutico-fenomenológico obriga-nos a desocultar um outro tipo de violência que não é directamente visível; até porque ela funda e estrutura os modos da nossa existência quotidiana. Só uma hermenêutica da dramática quotidiana a pode devolver à consciência. Chamemos (utilizando, ironicamente, a linguagem técnica actual) esta violência invisível, inconsciente, mas que desejamos e da qual chegamos mesmo a orgulhar-nos, a **violência “soft”**. À violência que aqui nos convoca, a visível, consciente, indesejável, aquela que nos envergonha, chamemos-lhe **violência “hard”**.

Um mesmo comportamento violento pode ter sido, num dado momento histórico, violência “soft” e em um outro período histórico transformar-se em violência “hard”. É o caso da violência contra as mulheres e contra as crianças.

Esperemos que, por exemplo, a violência tecnocrática e a violência mass-mediática, actualmente violências “soft”, não tardem em chegar à consciência colectiva como violências “hard”, de modo a merecerem o nosso discurso crítico; de modo a desencadear o nosso contra-poder, enquanto violências exercidas sobre a ontologia fundadora do “homo humanus”.

4.2. A explicação empírico-crítica

Dissemos, acima, que a hermenêutica e a investigação empírica não se casam espontaneamente. Para a sua aliança, acabámos de preparar a hermenêutica enxertando-a na fenomenologia. Precisamos, agora, de preparar a investigação empírica, em ordem à aliança epistemológica que pretendemos.

Encontramos na história da ciência três grandes tipos de explicação. A explicação causal, a explicação estrutural e a explicação processual. A primeira explica as variações de um fenómeno através das variações de um outro fenómeno;

a segunda, explica os fenómenos a partir das estruturas que lhe estão subjacentes; a terceira, explica os fenómenos desocultando a lógica que articula os seus diferentes estados no tempo. Vimos como as explicações de tipo causalista e linear foram abandonadas na investigação empírica da violência. As explicações actuais, que se inscrevem, segundo disse, no paradigma sistémico-informacional-comunicacional, situam-se ao nível estrutural e ao nível processual.

As explicações estruturais da violência têm por objecto ora os indivíduos, ora os contextos. As primeiras, mais psicológicas, centram-se nas estruturas do pensamento (modelos cognitivo-informacionais) e nas estruturas do comportamento (modelos cognitivo-comportamentais); as segundas, mais sociológicas, (micro ou macro sociais) procuram explicar a violência a partir das estruturas e funcionamentos dos grupos (e.g. K. Lewin) e das sociedades (e.g. as explicações sociológicas da violência). Também as explicações processuais, tendo por objecto ou indivíduos ou sociedades, explicam o fenómeno da violência situando-o na história de vida dos indivíduos (e.g. os estudos longitudinais de Farrington e de McCord) ou nas transformações sociais: como bem o fez Durkheim, ao explicar a criminalidade nas sociedades modernas como sendo um fenómeno social normal, tendo em conta o tipo de sociedade e o estado do seu desenvolvimento.

Diremos, então, que a via real para a investigação empírico-crítica da violência é aquela que, abandonando os esquemas explicativos causalistas de tipo biológico, psicológico ou sociológico, adopta esquemas complexos capazes de dar conta, ao mesmo tempo, das variáveis estruturais e processuais próprias de indivíduos, grupos, organizações e sociedades. Mas tal esquema complexo, para acolher a análise hermenêutica da violência, sendo necessário ainda não é suficiente. Precisamos, tal como o fizemos para a hermenêutica, de enxertar a explicação empírico-crítica na fenomenologia. Mas para isso não precisamos de inventar nada. Basta adaptar. O quê? O esquema proposto por K. Lewin, de profunda inspiração fenomenológica, segundo o qual o comportamento humano se desenvolve e funciona num campo vital através de vectores ou direcções existenciais. O comportamento é função do indivíduo em interacção com o seu espaço socio-ambiental. Em fórmula, $c = f(i,e)$. Dito em termos fenomenológicos, o comportamento é função da relação eu-mundo. Aplicando à violência o modelo que convém à explicação empírico-crítica, e que designamos por **sistémico-fenomenológico**, diremos que o **comportamento violento** (v) é **função** (f) das relações entre **indivíduos** (i), **grupos** (g) e **sociedades** (s) situadas num **espaço** (e) e num **tempo** (t) próprios: $v = f(i,g,s) - (e,t)$. Mas tal sistema de relações, sob a condição fenomenológica, não é mecânico, mas orgânico. Isto é, não se trata de relações determinísticas, mas auto-organizacionais. O conceito de auto-organização (suposto na explicação estrutural e processual) é um dos conceitos que permite a passagem, que é estreita, entre a interpretação e a explicação, enquanto conceito

fenomenológico. Situado entre o determinismo e o indeterminismo, por ele temos acesso ao conhecimento daqueles fenómenos que implicam, ao mesmo tempo, facto e valor, objectividade e subjectividade, como é o fenómeno da violência. Dizer que a violência é um fenómeno auto-organizacional equivale a afirmar o seu lado “soft” (invisível) e o seu lado “hard” (visível). Que ela, ditando discretamente condições e modos de existência, também viola escandalosamente os princípios da recta consciência e os direitos humanos. Que ela é, ao mesmo tempo, desejada pelo querer inconsciente e repudiada pela vontade consciente.

Podemos nós passar os umbrais da ambivalente experiência humana da violência?

4.3. A vida, a morte e as violências

A “vis” (força) é inerente à própria vida (“vita”). O nascimento é um acontecimento que exige o exercício da força: a necessária para o rompimento de uma relação (com o ventre materno) e o estabelecimento de uma nova relação, que é lenta e progressiva, com o mundo. A relação eu-mundo é fruto de uma primeira violência inelutável. Violência que se prolonga, de modos diferentes, no curso da existência, em cujo campo vital se afrontam sistemas de vectores antagónicos. Forças antagónicas e mutantes, próprias não só dos espaços que habitamos, a nossa morada externa, mas também da nossa própria morada interna. A subjectividade humana é de natureza conflitual; sabêmo-lo desde S. Paulo (“video aliam legem in membris meis, repugnantem legi mentis meae”) até Freud, passando por Maine de Biran (Séc. XVIII) cuja psicologia se estruturou sob a ideia do “Homo duplex”. Nem as relações com nós próprios, nem as relações existentes no mundo são lineares. Assim, a relação ontológica fundadora, eu-mundo, deve ser entendida como um complexo conflitual: já do lado do eu, já do lado do mundo, já, ainda, a própria relação que coloca em presença dois pólos já de si conflituais. A experiência da existência quotidiana, onde se jogam **complexos antropológicos** feitos de actos, afectos, saberes e poderes, leva-nos muitas vezes a dizer, e com fundamento, que “a vida é uma violência”. Assim começou ela e assim termina: por via da violência “hard” (a chamada morte violenta) ou por via da violência “soft”: modos de vida tornados patogénicos que conduzem à morte. A morte põe termo à relação eu-mundo, liberta-nos dessa “vis” fundadora e criadora que pelos seus excessos (as violências) se tornou destruidora e mortífera. Regresso à quietude perpétua, em relação à qual também somos ambivalentes: recalcamo-la e desejamo-la.

O ponto de vista fenomenológico obriga-nos ao pensar profundo. Pensar a violência, tendo por quadro de referência uma fenomenologia empírico-hermenêutica, equivale a situá-la nas fundas coordenadas da vida e da morte. Daqui,

vemos a “vis” fundadora da vida e a ela imanente, exaltada sob o efeito de forças que, com ímpeto, sobre ela se exercem: como a força inpetuosa dos ventos se exerce sobre as águas tranquilas dos oceanos, gerando as vagas que se abatem desgovernadas sobre tudo o que se oferece à sua violência.

O **aqui** fenomenológico, donde avistamos a violência, é equivalente ao “**suave mari magno**” do poema filosófico de Lucrecio quando diz: “É doce contemplar do lado da costa as vagas erguidas pela tempestade e o perigo dum infeliz que luta contra a morte: não porque tenhamos prazer no infortúnio dos outros mas porque é consoladora a observação dos males que não experimentamos. Mas a maior doçura consiste em ocupar os altos lugares fortificados pelo pensamento dos sábios. Essas regiões serenas de onde nos apercebemos, de longe, do resto dos homens errantes à procura do caminho da vida, que lutam pelo génio do nascimento, disputam a glória, que se esgotam em esforços dia e noite para se evidenciar, fazerem riqueza ou apropriarem do poder. Oh miseráveis espíritos dos homens, oh corações cegos! Em que trevas, no seio de que perigos se consomem estes poucos instantes que são a vida” (Lucrecio, II V; de Natura Rerum).

Estudemos então a violência.

Não como mais um objecto do mundo a despertar os olhares do penalista, do criminólogo, do sociólogo e do psicólogo, como os átomos, as moléculas, as células e os organismos despertam o olhar do físico, do químico e do biólogo: como se dum lado existisse o mundo das coisas a conhecer e do outro o mundo dos sujeitos do conhecimento.

Estudemos não apenas aquela violência que a construção social tornou agora visível: a violência sobre as mulheres e as crianças, a violência criminal, a delinquência juvenil, o vandalismo, isto é, a **violência “hard”**: aquela que, no fundo, cristaliza e projecta a nossa profunda angústia existencial e o medo da morte. Situemos, antes, esta violência “hard” no seu lugar próprio, no mar existencial encapelado. Ela é uma “vis” natural exaltada e enfurecida onde abundam muitas outras violências (“soft”), as nossas, as daqueles que não violentam mulheres e crianças, nem comentem roubos nem homicídios ou deles são vítimas. Olhemos criticamente a experiência da nossa existência situando-nos nos “altos lugares fortificados pelo pensamento dos sábios”, como diz Lucrecio. Desse lugar observamos não só os que se confrontam com a ameaça de morte violenta, mas também os que, procurando o caminho da vida, são vítimas das violentas lutas pela glória, pela riqueza, pelo poder, formas de **violência “soft”** a que tanto as sociedades actuais estimulam. Somemos-lhe o mal estar subjacente ao bem-estar, os múltiplos envolvimentos e contradições das sociedades do desenvolvimento, as servidões das “liberdades”, a tirania dos “média”, do espectáculo e do consumo, os “apartheid” sociais criados pela glorificada “globalização”, as ocultações e os doces controles da “sociedade de informação”.

Queremos conhecer e intervir sobre a violência das nossas sociedades?

Pois bem, partamos da “vis” estrutural imanente a toda a existência: violência mínima, pequena ondulação, que já se inicia no próprio acto do nascimento. Analisemos a multiplicidade de forças que se exercem sobre esta violência fundadora, as visíveis e as ocultas. Observemos, em seguida, os processos (sucessão de estados) que conduzem da “vis” normal à “vis” desviante (“a violência”) nas suas diferentes formas de manifestação. Observemos a morfogénese das violências. Enfim, identifiquemos os pontos de resistência às violências e os pontos da sua acção destruidora e mortífera.

E a intervenção sobre as violências? Procuremos os sítios onde se pode resistir e os sítios onde se pode sucumbir; não apenas à “vis” exaltada e ferina, mas também à “vis” secreta e envenenadora. Desenvolvamos estratégias diferenciadas, mas conducentes ao mesmo fim: o regresso do pródigo existente à morada do ser. Nela habita a “vis” serena da experiência crítica da existência.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGRA, C. (1986) - *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance. Du paradigme biologique au paradigme systémique* – Lisboa, INIC.
- AZOUVI, F. (1995) - *Maine de Biran. La science de l'homme* – J. Urin, Paris.
- BERKOWITZ (1994) - Is something missing? Some observations prompted by cognitive – neoassociationist view of anger and emotional aggression – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- CHESNAIS, J. C. (1981) - *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*, Edition Robert Laffont, Paris.
- ERON, L. D. (1994) - Theories of aggression: From drives to cognitions – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- FARRINGTON, D. P. (1994) - Childhood, adolescent, and adult features of violent males – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- GIRARD, R. (1972) - *La violence et le sacré*, Grasset, Paris.
- GOLDSTEIN, A. P. (1996) - *The Psychology of vandalism* – Plenum Press, New York and London.
- HENRY, M. (1987) - *La barbarie* – Gasset, Paris.
- HUESMANN, L. R. and MILLER, L. S. (1994) - Long term effects of repeated exposure to media in childhood – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- LUCRÈCE - *De la Nature* – traduction, H. Clouard, Flamarion.
- MCCORD, J. (1994) - Aggression in two generations – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- RICOEUR, P. (1969) - *Le conflit des interprétations, Essais d'herméneutique* – Seuil, Paris.